

4º colóquio marx e engels

O DECLÍNIO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA CONSIDERAÇÕES SOBRE O ATUAL QUADRO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA BRASILEIRA*

Ronaldo Rosas Reis¹
José Rodrigues²

O objeto dessa comunicação é o atual quadro das relações sociais de produção no interior da universidade pública brasileira. Em primeiro lugar, analisaremos as mudanças que se vêm processando na educação superior, em grande parte fruto das transformações de base ocorridas nas relações capitalista em nosso país, cuja orientação política tem se assentado, do início da década de 1990 aos dias atuais, no ideário neoliberal. Em seguida, buscaremos analisar a realidade das relações sociais de produção internas à universidade face ao adiantado estágio de declínio do seu caráter institucional público. À guisa de conclusão, sinteticamente, procuraremos responder porque razão professores e pesquisadores têm absorvido com indiferença e até uma certa naturalidade esse declínio.

A educação superior em tempos de *Economia Competitiva*

A partir de meados da década de 1970, o capitalismo mundial passou a dar sinais críticos de mudança. Para continuar sua reprodução ampliada, o capitalismo precisava empreender uma nova metamorfose, a qual denominaremos *padrão de acumulação flexível*³.

* Texto submetido ao GT 02 Marxismo e Ciências Humanas.

¹ Doutor em Comunicação (UFRJ) com Pós-Doutorado em Educação (UFMG). Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Membro do NEDDATE (Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação). Pesquisador do CNPq. ronaldo3@vm.uff.br

² Doutor em Educação (UNICAMP). Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Membro do NEDDATE (Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação). Pesquisador do CNPq. jrodrig@vm.uff.br

³ Para uma discussão completa, ver David Harvey. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyolla, 1992.

4º colóquio marx e engels

O feiticeiro perdera o controle do feitiço; o Estado não possuía mais os instrumentos administrar os caprichos da economia mundial. A alternativa proposta ao Estado do Bem-Estar Social foi o neoliberalismo: um Estado forte em sua capacidade de romper com o poder dos sindicatos e de controlar os gastos sociais, e supostamente fraco nas intervenções no mercado, que, mais uma vez, deveria ser “livre”. A estabilidade monetária, o controle do déficit público e a “inserção internacional competitiva” deveriam ser as novas metas supremas dos governos. Com efeito, o capitalismo mundial foi rompendo paulatinamente o casulo do Estado do Bem Estar Social: Pinochet (Chile, 1973), Thatcher (Inglaterra, 1979), Reagan (EUA, 1980), Kohl (Alemanha, 1982).

No Brasil, somente na década de 1980, completou-se definitivamente a industrialização sob o padrão fordista de industrialização, praticamente quando esse já estava superado nos países centrais. Essa década também registrou, por um lado, também a superação do Regime Militar, a ampliação dos espaços democráticos, a fundação de centrais sindicais, dos efetivos avanços sociais na Constituição. Por outro lado, a elevação da inflação aliada à ruptura do padrão de desenvolvimento brasileiro favoreceram a estagnação da esfera produtiva, ampliando a pobreza e a heterogeneidade da estrutura do mercado de trabalho (emprego e salários).

Com relação ao novo padrão industrial-tecnológico, pode-se estabelecer que a década de 1990 é marcada pela chamada *modernização sistêmica*⁴. De uma maneira geral, a modernização sistêmica pode ser caracterizada pela implantação articulada de novas tecnologias produtivas e novas formas de gestão da força de trabalho, e também pela *desindustrialização por especialização regressiva*⁵.

⁴ Márcia Leite. *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scritta, 1994.

⁵ Para Armando Boito Jr. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999, p.45 *passim*, com o avanço do neoliberalismo, na América Latina, a “indústria perde importância no conjunto

4º colóquio marx e engels

É nesse cenário social, político e econômico que os industriais reorganizarão o seu discurso hegemônico a construção do telos *Economia Competitiva*⁶. Assim, antes mesmo da eleição de Collor de Melo, a burguesia industrial, através de seu órgão de representação nacional – a Confederação Nacional da Indústria (CNI) – elabora o documento *Competitividade Industrial: uma estratégia para o Brasil*⁷. A CNI entende que é necessário “recriar a institucionalidade, incluindo o papel do Estado”⁸. Em poucas palavras, o discurso da busca pela “competitividade internacional da indústria brasileira” passa a modelar as propostas para a reestruturação do Estado (*stricto sensu*) e também da educação.

Com efeito, a burguesia industrial entende que o sistema educacional brasileiro, considerado em seus três níveis, como um “ponto de estrangulamento” interno na busca da competitividade. Para os empresários industriais, a permanência do analfabetismo, a baixa cobertura da população escolarizável (tanto a nível secundário quanto superior), e a reduzida integração universidade-empresa são renitentes problemas a serem superados. Para tal, os industriais propuseram seis ações articuladas.

Em primeiro lugar, maior rigor na transferência de recursos para as universidades públicas, mediante a avaliação da qualidade. Em segundo lugar, identificação dos centros de excelência⁹. Em terceiro lugar, criação de incentivos fiscais para promover a canalização de recursos privados para o sistema público de ensino, desde que garantida a participação direta das empresas na decisão sobre a destinação

da economia e muda de perfil, perdendo em sofisticação e integração” já que passa a “especializar-se” no processamento de recursos naturais exportáveis, ou em bens de uso de baixo valor agregado.

⁶ Para uma discussão completa sobre a metamorfose teleológica do discurso da burguesia industrial, ver José Rodrigues. O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas: Autores Associados, 1998.

⁷ CNI. *Competitividade industrial: uma visão estratégica para o Brasil*. Rio de Janeiro: CNI, 1988.

⁸ Idem, *ibidem*, p.11.

⁹ Cabe ressaltar que, a partir de 1996, o MEC instaurou o processo de avaliação dos cursos de graduação, cuja face mais visível, e criticável, era a do Exame Nacional de Cursos (*provão*). Além disso, naquele ano, o MCT passou a implementar o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX), projetado ainda durante o governo Collor de Mello, hoje denominado Institutos do Milênio.

4º colóquio marx e engels

desses recursos. Em quarto lugar, implementação de programas especiais de alfabetização (português e aritmética) voltados para a força de trabalho industrial efetivamente empregada¹⁰. Em quinto lugar, flexibilização no regime de dedicação exclusiva dos docentes-pesquisadores¹¹. Finalmente, a CNI propõe ações para uma maior integração entre as empresas e as universidades (ou centros de pesquisa) de forma a garantir benefícios para a indústria, através d criação, nos centros de pesquisa e nas universidades, de conselhos definidores de linhas estratégicas de pesquisa com a participação efetiva dos empresários¹². Os empresários também devem, na visão da entidade, participar dos órgãos governamentais responsáveis pela formulação da política tecnológica.

Além das duas últimas ações anteriores, a Confederação indica também a necessidade de implantar, naqueles espaços científicos, uma “atitude empresarial” com a finalidade de redefinir as suas funções e objetivos, no sentido de incluir a “venda de serviços” e a “desburocratização das contratações de serviços externos”¹³.

Enfim, a CNI propõe, desde 1988, a valorização da educação, mas uma valorização *interessada*, como diria Antonio Gramsci. Isto é, a burguesia industrial pretende valorizar a educação e a ciência que atendam aos interesses do parque industrial, em particular, e aos interesses do capital, em geral. Em outras palavras, a

¹⁰ O governo Lula está lançou o projeto Escola de Fábrica que “pretende possibilitar a inclusão social de jovens de baixa renda por meio da formação profissional em Unidades Formadoras no próprio ambiente de trabalho, aproximando o setor produtivo dos processos educativos e promovendo maior responsabilidade social das empresas” (Brasil, MEC. *Projeto Escola de Fábrica*. Brasília, 2004, p.1 [Disponível em <<http://www.mec.gov.br/semtec/escola/projeto.pdf>>. Acesso em 10/05/2005).

¹¹ Em 5 de novembro de 2002, Fernando Henrique Cardoso enviou para o Congresso Nacional o projeto de “Lei de Inovação”, que transforma profundamente a relação universidade-empresa. Em dezembro de 2004, Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei 10.973, que, grosso modo, incentiva “parcerias público-privadas” no campo do desenvolvimento científico e tecnológico.

¹² Provavelmente, é nessa direção que caminha a proposta de criação, nas universidades, do Conselho Comunitário Social, prevista no atual anteprojeto de lei da educação superior (Cf. Brasil, MEC. *Anteprojeto de lei* (segunda versão). Brasília, 25 de maio de 2005. [Anteprojeto de lei de reforma da educação superior. Disponível em <www.mec.gov.br/reforma> Acesso em 13/06/2005].

¹³ CNI, idem, p.21.

4º colóquio marx e engels

educação que convém à burguesia é aquela determinada pela busca de uma *Economia Competitiva*.

Além do plano discursivo da burguesia industrial, a trajetória e a atual perspectiva da educação superior brasileira tem, também, se adequado ao quadro mais geral das transformações sócio-econômicas do capitalismo tardio. As instituições de educação superior (IES) - privadas e públicas¹⁴ - têm buscado se moldar ao *telos* Economia Competitiva¹⁵ (Cf. Silva Jr & Sguissardi, 2001).

Nesse sentido, pode ser detectada uma nítida tendência das IES privadas de, por um lado, se transformarem em efetivas empresas de ensino, e, por outro lado, de operarem o pensamento pedagógico empresarial no sentido de (con)formar uma força de trabalho de nível superior adequada ao *telos* Economia Competitiva.

Ao mesmo tempo, a esfera pública vem sofrendo o mais drástico constrangimento ao crescimento da história brasileira¹⁶. Apesar disso, a mais remota possibilidade de controle estatal sobre a educação superior privada ou mesmo a cobrança regular de impostos e tributos parecem ameaçar a liberdade de exploração do mercado educacional superior em expansão, gerando enérgicos protestos dos empresários da educação superior¹⁷.

Nesse contexto, a qualificação do corpo docente e a atividade de pesquisa - até agora considerada central na instituição universitária - acabam por serem relegadas a meras formalidades quando não descartadas abertamente. Em outras palavras, a

¹⁴ Pode-se facilmente verificar, pela observação de jornais de grande circulação, notadamente nos fins de semana, a farta e variada oferta de cursos pagos em universidades públicas, eufemisticamente chamadas de “atividades autofinanciadas”. Em que pese o grau de importância da privatização branca que está ocorrendo nas IES públicas, dada a natureza e o enfoque da pesquisa ora proposta, não abordaremos - neste projeto - diretamente o setor público da Educação superior brasileira.

¹⁵ João dos Reis Silva Jr. e Valdemar SGUISSARDI. *Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção*. São Paulo/Bragança Paulista: Cortez/USF, 2001, p.269.

¹⁶ Cerca de 71% das matrículas em cursos de graduação são de IES privadas.

¹⁷ Vide as reações Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação. *Considerações e recomendações sobre a versão preliminar do anteprojeto de lei de reforma da educação superior*. Brasília, 2005, p.14.

4º colóquio marx e engels

“identidade mesma da instituição universitária” está em processo de rápida mutação levando as universidades a se converterem em empresas prestadoras de serviço.

Um novo perfil se desenharia para as IES privadas. As instituições isoladas ou integradas dedicar-se-iam tão somente à venda de ensino de graduação; os centros universitários e as universidades tenderiam a acentuar o seu caráter local/regional de prestação de serviços vagamente associados à idéia de pesquisa aplicada e/ou consultoria, e, mesmo assim, se lhes fossem garantidas verbas públicas.

Enfim, a nova configuração do mercado de serviços educacionais e a emergência de uma “nova burguesia de serviços”¹⁸, com alta dose de competitividade, vem produzindo nos gestores do setor privado a busca permanente de introduzir nas instituições educacionais os métodos e formas gerenciais correntes no mundo empresarial não educacional, ao mesmo tempo que lutam pela manutenção do financiamento público (direto e indireto). Em poucas palavras, a lógica acadêmica de gestão universitária está sendo subsumida à teleologia do capital, através da gestão empresarial. Se estas tendências se mantiverem, desponta no horizonte da Educação Superior brasileira a Universidade Competitiva.

A universidade vai ao “shopping center”

Já em sua segunda versão¹⁹, o anteprojeto de Lei Orgânica da Educação Superior pouco se modificou desde que o Ministério da Educação recebeu do Grupo de Trabalho Interministerial, em fins de 2003, o documento base com idéias para enfrentar a crise atual das universidades federais e orientar o processo de reforma da universidade

[Disponível em <http://www.funadesp.org.br/downloads/documento_forum.pdf>. Acesso em 10/05/2005].

¹⁸ Para uma análise completa sobre os novos mercados em tempos neoliberais, ver Boito Jr. (1999), particularmente, pp. 67 e 70. Resta saber se, a dinâmica capitalista no Brasil permitirá, à médio e longo prazo, a acumulação de capitais no setor educacional, ou se será sacrificado frente às demandas do capital financeiro, aliás, grande vitorioso da política econômica neoliberal. Cf. Boito, idem, p.50-52.

4º colóquio marx e engels

brasileira. Criado por decreto de 20 de outubro de 2003, o GTI assinala em seu documento que “o Brasil precisa de uma universidade que não apenas vença sua crise financeira, com a ajuda de medidas emergenciais, e faça pequenos ajustes no seu desenho [...como] precisa de uma revolução”. Desde então, no entanto, a única intenção anunciada foi a criação de vagas públicas em universidades privadas, através do chamado Pacto de Educação Superior para o Desenvolvimento Inclusivo (PROUNI).

A despeito do ‘apelo revolucionário’ sugerido pelo documento do GTI, a política educacional perseguida pelo atual governo tem se guiado pelo mesmo *telos* competitivista que levou o Estado brasileiro, no curso de uma década, a privatizar empresas estatais como a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional, além da Rede Ferroviária Federal etc. Quanto à educação superior, em linhas gerais, o atual governo aparenta conservar a avaliação do anterior de que a superação da crise da universidade brasileira deve ser buscada no mercado. Exemplo disso é a acentuada flexibilização dos mecanismos de captação de recursos financeiros no mercado ocorrida nas universidades públicas, sobretudo na forma da implementação de cursos de pós-graduação (MBAs e outros), regidamente cobrados. Entretanto, se a prática dos cursos pagos nas universidades públicas ainda é capaz de chocar parte da sociedade pelos óbvios sinais contraditórios que eles emitem, o mesmo não ocorre com um fenômeno que há menos de uma década tem se intensificado nos principais centros urbanos do país. Trata-se da reconfiguração do espaço físico das universidades que resumimos num duplo movimento: a universidade vai ao “*shopping center*” e o “*shopping center*” ingressa no *campus* universitário.

Um breve olhar sobre os maiores “*shoppings centers*” do Rio de Janeiro é suficiente para observar o crescimento da tendência de incorporação de

¹⁹ Apresentada oficialmente em 27/05/2005. Ver www.mec.gov.br/reforma/

4º colóquio marx e engels

estabelecimentos educacionais privados de todos os níveis ao tradicional *mix* de lojas. De fato, diversos indicadores sócio-econômicos têm revelado que a segmentação de mercado é uma forte característica do atual estágio do capitalismo, sendo a juventude um dos segmentos para onde mais vem se expandindo o consumo. A maciça presença de jovens nos corredores dos “*shopping centers*”, em busca de consumo, lazer, e também trabalho, tem atraído as empresas de educação superior, que têm ocupado o espaço do “*shopping center*” como verdadeiras ‘lojas-âncoras’.

No sentido inverso, porém de forma análoga, os “*shopping centers*” têm adentrado ao campus universitário. Além das tradicionais livrarias e lanchonetes, os *campi* têm recebido postos de atendimento bancário, inclusive banco 24h em profusão, quiosques ofertando cartões de crédito, agências de veículos (incluindo a possibilidade de um “*test drive*” de novos modelos)²⁰, salões de beleza, comércio de roupa e acessórios, camelódromos etc. A própria lógica de instalação, divulgação, funcionamento e financiamento dos cursos universitários (graduação, e especialização, principalmente), cada vez mais rapidamente buscam se amoldar à lógica do mercado, flexibilizando e invertendo, nessa ordem, o sentido da moderna compreensão de demanda social. Considerando a atual velocidade de expansão das lojas e outros estabelecimentos comerciais e de serviço no interior das universidades públicas, é fácil deduzir que, em breve, os atuais *campi* subsumirão integralmente à identidade dos “*shoppings centers*”.

Finalmente, há que se considerar ainda nesse contexto a questão do modelo de utilização dos recursos da Internet adotado pelas universidades públicas, de resto

²⁰ Cabe mencionar, a título de exemplo, a instalação de uma agência móvel de uma concessionária da Volkswagen em Niterói num *campus* da Universidade Federal Fluminense, em 2002, para o lançamento do modelo Fox. Autorizada a pela reitoria, a agência ocupou o *campus* durante cerca de 60 dias oferecendo *test drive* a eventuais interessados.

4º colóquio marx e engels

semelhante ao modelo adotado por empresas comerciais e de serviços em seus ‘sites-âncoras’²¹.

É sabido que a Internet, como principal ferramenta da ‘revolução digital’, impôs uma nova dinâmica às relações de produção na universidade. De um lado, com a institucionalização²² do aparato midiático digital, a academia universalizou a produção científica e cultural, abrindo-se para um tipo de raciocínio ‘integrado’²³, como os de Pierre Lévy²⁴ e também de Manuel Castells²⁵, a pontificar de forma otimista sobre os efeitos ‘democráticos’, ‘transparentes’ e ‘inclusivos’ alcançados pela expansão do atual aparato tecnológico de informação e comunicação²⁶. De outro lado, na medida em que o modelo adotado pelas universidades se baseia, fundamentalmente, na estratégia de oferta de serviços/captação de recursos, o que neles se observa é um mercado produtor mediante o qual a universidade, a unidade e o departamento de ensino, o núcleo de pesquisa e o docente/pesquisador se oferecem ao consumo conspícuo do conhecimento produzido sob a forma de mercadoria²⁷. Nesse sentido, percebe-se aqui a característica essencial da ‘revolução digital’, cuja gênese é constituinte do padrão de acumulação

²¹ Por ‘sites-âncoras’ referimo-nos tanto aos chamados portais dos grandes provedores (UOL, IG, Globo, etc.), quanto às páginas principais dos sites de empresas industriais, comerciais e de serviços.

²² Cabe sublinhar que atualmente as universidades públicas estão obrigadas pelo MEC a manterem um site padronizado. Recentemente, a CAPES submeteu aos Programas de Pós-Graduação um modelo de página a ser adotado sob a curiosa forma de “adesão induzida”.

²³ Referimo-nos ao termo consagrado por Umberto Eco (*Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, s/d.) para denominar um tipo de pensamento próximo à visão gramsciana de luta hegemônica. Nesse sentido, o pensamento ‘integrado’ tenderia a absorver os elementos negativos do sistema visando transformá-los em uma positividade reformada. Em oposição ao tipo ‘integrado’, Eco denomina de ‘apocalíptico’ o pensamento revolucionário.

²⁴ Pierre Lévy. “Pela ciberdemocracia”. In: Dênis de Moraes. *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003, pp. 367-384.

²⁵ Manuel Castells. “Internet e sociedade em rede”. In: Denis de Moraes. *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003, pp. 255-287.

²⁶ De acordo com os autores citados, o caráter público, inclusivo, transparente e universal das novas mídias interativas e o crescimento das comunidades virtuais, conferem às tecnologias de informação e comunicação (TIC) o poder de renovarem profundamente as condições da vida pública no sentido de uma liberdade e de uma responsabilidade maior dos cidadãos. Para eles, esta seria, desde já, a possibilidade de existência de uma “outra comunicação”. Isto é, uma comunicação fundamentalmente democrática. Cf. Pierre Lévy, *idem*, p. 367 e também Manuel Castells, *idem*, especialmente pp. 276-280.

²⁷ A referência à lógica cultural do capitalismo tardio descrita e analisada por Jameson (1996) é aqui evidente. Em linhas gerais, trata-se do processo de consumo da própria produção de mercadoria (o

4º colóquio marx e engels

flexível, que é a de assegurar os interesses capitalistas em jogo. Portanto, não obstante as visões otimistas do tipo ‘integrado’, do ponto de vista estrutural os efeitos positivos da revolução digital ‘desmancham-se no ar’ quando observada “a natureza reacionária da transformação social em curso”²⁸.

Conclusão

Para concluir este trabalho falta responder em que medida o fenômeno analisado aqui tem sido recebido com indiferença e até uma certa naturalidade por professores e pesquisadores, contribuindo decisivamente para o declínio da educação superior pública.

Uma primeira resposta pode ser encontrada no acúmulo de cerca de três décadas de intensas campanhas de convencimento da noção de equivalência entre consumo e cidadania. Tal noção, recorrente no discurso pós-moderno de natureza conformista, tem por finalidade tornar palatável o culto ao ‘deus mercado’. Nesse sentido, a referida noção é operada subliminarmente em duas frentes publicitárias: mascarando as desigualdades sociais e, no limite, elidindo artificialmente as diferenças de classe. A incrível força de penetração dessa noção alcançou, nos últimos anos, o meio universitário e encontrou no mesmo segmento de acadêmicos que celebra o advento dos MBAs, elementos para se sustentar politicamente. Considerando a compra como um ato de prazer, esses acadêmicos sentem-se à vontade para justificar a ‘relevância social’ do

conhecimento). Cf. Fredric Jameson, *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996, p.13-14.

²⁸ A contradição se torna mais evidente na medida em que se observa o caráter essencial do *telos* da transformação operada pelas TIC. Ou seja, seu objetivo é restabelecer [e reforçar] “o poder e a renda das classes proprietárias dos meios de produção”, assumindo, portanto, ideológica e estrategicamente a finalidade de ampliar a ilusão do espectro da democracia burguesa mediante falsas promessas de liberdade, transparência e inclusão social. Cf. Gerard Duménil, Dominique Lévy. “O imperialismo na era neoliberal”. In: *Crítica Marxista* n.º 18. Campinas, São Paulo/ Rio de Janeiro: Cemarx/Editora Revan, 2004, p. 12.

4º colóquio marx e engels

shopping center” na universidade, na medida em que “atendem às necessidades humanas” da comunidade universitária, e da população do entorno dos *campi*.

Da mesma forma, no vácuo do desmantelamento físico dos *campi*, a emergência de discursos otimistas e francamente favoráveis à virtualização das relações mascaram a falta de investimentos governamentais na universidade pública, decorrendo daí uma forçosa naturalização do ideário consumista-cidadão, deslocando para um plano secundário, ou mesmo enfraquecendo, o sentido geral da luta por verbas para manter a universidade pública viva.

Finalmente, não estamos muito distantes do dia em que professores, estudantes e funcionários deixarão de lado suas reivindicações históricas para clamar, por “*e-mail*”, pelo aroma “*McWorld*”.